

ESTRATÉGIAS PARA FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



36ª Edição, 3º Trimestre de 2008

Análise e Estratégia da Dívida PPME

Agenda de Acra para Acção: Linguagem Positiva, e Alguns Poucos Objectivos	2
Fórum da ONU de Cooperação para o Desenvolvimento	4
Parlamentários Concertam Papel Mais Forte na Gestão da Dívida	5
Grandes Progressos na Formação de Formadores	6
Uganda Actualiza Estratégia para Manter Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo	7
PALOP Formulam Estratégias de Financiamento Público	8
Libéria: Seminário Nacional Identifica Desafios-Chave	9
PPME: Actividades Recentes e Futuras	10
Perguntas Técnicas sobre o Alívio da Dívida	16

Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Actualização das Actividades do PFC CPE	12
BPM6: Desenvolvimentos e Implicações	13
Malawi: Investidores Optimistas Focam IDE nas Indústrias Transformadoras	14
Tanzânia: Sector Mineiro Encabeça Stock do IDE	15

AGENDA DE ACRA PARA ACÇÃO: LINGUAGEM

O Fórum de Alto Nível (FAN) de Acra sobre a Eficácia da Ajuda realizou-se de 2 a 4 de Setembro e forneceu um fórum para discussões extensivas sobre as melhores práticas na eficácia da ajuda. Negociações a alto nível, em que a DFI prestou apoio técnico aos negociadores dos países em desenvolvimento, produziram uma Agenda de Acra para Acção (AAA) para acelerar os progressos operados em tornar a ajuda eficaz na obtenção de resultados para o desenvolvimento. Para pormenores completos do FAN e para descarregar uma cópia da AAA, queira ir para www.acrahlf.net.

Conferência das OSC

O FAN foi precedido de uma conferência de dois dias das OSC, que concluiu que a AAA deverá:

- Alargar a definição de apropriação para que os cidadãos, as organizações da sociedade civil e os funcionários eleitos sejam centrais ao processo de ajuda a todos os níveis.

- Traçar objectivos para, até 2010: comprometer 80% da ajuda antecipadamente por um período de 3-5 anos; reduzir as condicionalidades; tornar toda a assistência técnica dirigida pela procura; e terminar a ajuda vinculada, incluindo a ajuda alimentar e a assistência técnica.
- Tornar a ajuda mais responsável através da implementação de novos padrões de transparência para assegurar a comunicação de informações exactas, oportunas, acessíveis e comparáveis ao público.
- Melhorar a monitorização através do reforço dos indicadores da Declaração de Paris, acrescentando novos indicadores baseados em novos objectivos da AAA, apoiando uma monitorização e uma avaliação independentes dirigidas pelos cidadãos e avaliando o impacto na redução da pobreza, na igualdade dos géneros, nos direitos humanos e na sustentabilidade ambiental.

Para um quadro abrangente dos pareceres das OSC sobre a eficácia da ajuda, assim como da declaração que apresentaram ao

FAN e suas reacções ao resultado, queira ver www.betteraid.org.

Inquérito sobre os Progressos da Declaração de Paris Publicado

Pouco antes do encontro, a OCDE publicou o seu inquérito sobre os progressos operados até 2007 no sentido dos objectivos de Paris traçados para 2010, como mostra a figura abaixo. Constatou uma melhoria considerável na gestão das finanças públicas nos países em desenvolvimento e uma certa melhoria na coordenação da assistência técnica e na desvinculação da ajuda, mas virtualmente nenhuma melhoria noutros indicadores. Como consequência, recomendou à comunidade internacional que:

- Aumentasse sistematicamente os esforços para utilizar e fortalecer os sistemas nacionais.
- Reforçasse a prestação de contas dos recursos para o desenvolvimento, quer face aos grupos de apoio nacionais das instituições doadoras e dos governos receptores, quer mutuamente entre doadores e receptores.

A que distância estamos de atingir nossas metas?

Indicadores de Paris sobre eficácia da ajuda. Valores basilares de 2005, metas para 2010 e distância da meta em 2007	Linha basilar 2005		Distância da Meta (em 2007)	Meta de 2010
1 Estratégias Operacionais de Desenvolvimento	17%	24%	Distância da Meta (em 2007)	75%
2 Sistemas Confiáveis de Gestão das Finanças Públicas		36%		Marcas melhores para 50% dos países
3 Os fluxos de ajuda são registados nos orçamentos nacionais	42%	48%		85%
4 A assistência técnica é alinhada e coordenada	48%		60%	50%
5a Os doadores usam os sistemas de gestão das Finanças Públicas (GPF) dos países	40%	45%		(80%)
5b Os doadores usam sistemas de aprovisionamento dos países	39%	43%		(80%)
6 Os doadores evitam unidades de implementação paralelas	1 817	1 601		611
7 A ajuda é mais previsível	41%	46%		71%
8 A ajuda é desligada	75%		88%	Progresso ao passar do tempo (100%)*
9 Os doadores usam mecanismos coordenados para prestação da ajuda	43%	46%		66%
10a Os doadores coordenam suas missões	18%	20%		40%
10b Os doadores coordenam seus estudos de país	42%	42% (sem progresso)		66%
11 Estruturas firmes para aferição de resultados	7%	9%		38%
12 Mecanismos para responsabilização recíproca	22%	24%		100%

Fonte: OCDE, Pesquisa de 2008 sobre monitorização da Declaração de Paris

POSITIVA, POUCOS OBJECTIVOS

- Reduzisse os custos de transacção da ajuda, através de abordagens baseadas em programas, da divisão eficiente do trabalho entre os doadores (dirigida pelos governos receptores) e da coordenação de missões e estudos.

De um modo geral, o relatório concluiu que “os resultados do inquérito deverão servir de alerta. Dizem-nos de forma bastante clara que é improvável que ‘mais do mesmo’ seja suficiente para entregar a transformação prevista na Declaração de Paris.” O relatório encontra-se disponível no endereço:

http://www.oecd.org/document/0/0,3343,en_2649_3236398_41203264_1_1_1_1,00.html

Teor da AAA

A AAA contém uma linguagem muito mais forte que a Declaração de Paris, em 3 rubricas principais:

- **Fortalecimento da Apropriação:**
 - Alargamento do diálogo dos países sobre planos de desenvolvimento através de uma colaboração estreita com os parlamentos, os governos locais e as OSC; e capacitação de todos os actores.
 - Identificação por parte dos países em desenvolvimento das suas próprias necessidades de capacitação, seleccionando e gerindo em conjunto a cooperação técnica com os doadores e promovendo a AT Sul-Sul.
 - Utilização por parte dos doadores dos sistemas nacionais como primeira opção, revendo regularmente a não-utilização dos sistemas, produzindo planos para o cumprimento dos compromissos de Paris e aumentando a utilização de sistemas fiduciários dos países; e os países em desenvolvimento desempenhando o papel principal na avaliação dos seus próprios sistemas.
- **Construção de Parcerias Mais Eficazes e Inclusivas:**
 - Reduzir a fragmentação da ajuda através do aumento da divisão de trabalho dirigida pelos países entre os doadores e da promoção do diálogo sobre a afectação da ajuda nos países e sobre como ajudar os países que recebem pouca ajuda.
 - Aumentar o valor pelo custo alargando a desvinculação a PPME não-PMD (Bolívia, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiana, Honduras, Nicarágua e República do Congo), elaborando planos para continuar a desvinculação e promovendo a contratação pública Sul-Sul.
 - Operar com todos os provedores de ajuda através do reconhecimento da cooperação Sul-Sul como sendo complementar, encorajando a cooperação triangular e

maximizando o alinhamento dos programas globais.

- Aprofundar o envolvimento com as OSC para aplicar os princípios da eficácia da ajuda através de um processo de multi-partes interessadas dirigido pelas OSC para aumentar a coordenação, a informação e a prestação de contas.
 - Adaptar as políticas de ajuda para países em situações frágeis, através da aplicação dos Princípios de Bom Envolvimento Internacional em Estados e Situações Frágeis.
- **Entrega e Prestação de Contas de Resultados para o Desenvolvimento:**
- Melhorar a gestão por resultados através de melhores informações, avaliação, alinhamento com sistemas nacionais e incentivos no seio das agências doadoras;
 - Ser mais responsável e transparente perante o público pela gestão das finanças públicas e pela ajuda, acelerar processos nacionais de prestação de contas mútua e envolver os parlamentos e os cidadãos e fortalecer os mecanismos internacionais de prestação de contas.
 - Limitar as condicionalidades a um conjunto de condições extraídas de estratégias nacionais para o desenvolvimento, tornando as condições públicas, e divulgando boas práticas (com insumos da sociedade civil).
 - Aumentar a calendarização da ajuda a médio prazo através do fortalecimento de processos de planeamento e da prestação de informações por parte dos doadores sobre compromissos/desembolsos anuais e planos trienais e quinquenais.

Negociações longas também concertaram algumas acções monitoráveis concretas, sobre: a canalização da ajuda através dos sistemas fiduciários dos países, a avaliação dos progressos na divisão do trabalho em 2009, o encetamento de um diálogo sobre a afectação da ajuda inter-países em 2009, o início imediato pelos doadores de prestação de informações sobre a ajuda aos receptores e a revisão até fins de 2009 das propostas para fortalecer a prestação de contas mútua internacional.

Contudo, os países em desenvolvimento teriam gostado de ver compromissos adicionais conforme o seguinte:

- um objectivo para a utilização dos sistemas nacionais de monitorização e avaliação
- a elaboração pelos doadores até fins de 2009 de planos para desvincular a ajuda, incluindo para não-PMD, a ajuda alimentar e a AT
- o reforço da prestação de contas mútua internacional (em vez da revisão das propostas) em 2009

- o encorajamento explícito (e sempre que necessário assistência no fortalecimento de capacidades) para os países em desenvolvimento conceberem políticas de ajuda e para o alinhamento dos doadores ser julgado em relação a estas políticas
- um objectivo para a gestão da AT pelos países em desenvolvimento (em termos de concepção, financiamento, contratação pública e monitorização e avaliação), assim como um aumento da contratação pública da AT do sul
- um objectivo para os doadores individuais elaborarem em 2009 planos para reduzir as condicionalidades
- uma referência mais forte ao futuro papel do Fórum da ONU de Cooperação para o Desenvolvimento, no aumento regular das revisões, na prestação de contas mútua e na eficácia da ajuda através de um diálogo entre multi-partes interessadas.

A incapacidade dos países em desenvolvimento para operarem mais progressos nestas propostas reflectiu o facto de o texto definitivo ser baseado no alcance de uma posição unânime por todos os doadores. Um dos compromissos mais importantes da AAA poderá por isso ser “o desenvolvimento de processos institucionalizados para a parceria conjunta e igual dos países em desenvolvimento e o envolvimento das partes interessadas”, o que poderia alterar futuros processos de monitorização e avaliação.

De um modo geral, a AAA é um passo importante em frente para a eficácia da ajuda devido à sua nova linguagem e aos seus novos princípios. Os PPME deverão daqui em diante ser capazes de responsabilizar os doadores pelo facto de prestarem ou não informações sobre compromissos, desembolsos e planos de despesas trienais e quinquenais; aumentarem a utilização dos sistemas fiduciários; e dividirem o seu trabalho. Também deverão ser capazes de desempenhar um papel activo em discussões internacionais planeadas sobre a afectação da ajuda inter-países, prestação de contas mútua internacional, e boas práticas sobre as condicionalidades. Contudo, a implementação dos outros princípios da AAA dependerão do facto de serem ou não traduzidos em acções monitoráveis pelas quais os doadores e os países em desenvolvimento podem ser responsabilizados, ao nível global, bem como através de planos de acção nacionais. Mesmo se isto acontecer, o inquérito da Declaração de Paris mostra que será necessária uma transformação do comportamento dos doadores e dos países em desenvolvimento para que o próximo FAN em 2011 possa ver progressos mais rápidos no sentido de uma ajuda eficaz. ●

FÓRUM DA ONU DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CONCERTA FORTES RECOMENDAÇÕES

O novo fórum de alto nível da ONU sobre a ajuda, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD), reuniu-se a 30 de Junho-1 de Julho em Nova Iorque, para apresentar recomendações estratégicas à Conferência de Doha de Revisão do Financiamento para o Desenvolvimento e ao Fórum de Alto Nível de Acra sobre a Eficácia da Ajuda, para a ajuda funcionar melhor para melhorar a vida dos pobres. Os encontros e as discussões preparatórios entre mais de 1000 representantes de governos, organizações internacionais, sociedade civil, parlamentos, governos locais e sector privado demonstraram o êxito do FCD como foro global para um diálogo sobre a ajuda entre multi-partes interessadas representativas. As suas principais recomendações incidiram em seis áreas:

1) Compromissos e Afectação da Ajuda

- O cumprimento dos compromissos da ajuda é indispensável ao cumprimento dos ODM. Os doadores precisam de traçar objectivos orçamentais para aumentos anuais até 2015 para assegurar a entrega das suas promessas.
- A afectação da ajuda precisa de ser mais equilibrada e calendarizada nos países e sectores para maximizar os progressos no sentido dos ODM, devendo ser objecto de revisões independentes regulares.
- A afectação da ajuda nos países deverá basear-se em indicadores multidimensionais da pobreza, na vulnerabilidade estrutural a choques exógenos e nos progressos no sentido dos ODM.
- Em termos de sectores, os aumentos da ajuda deverão em particular apoiar a agricultura e a segurança alimentar, as infraestruturas económicas e a energia, e o comércio, todos estes sectores cruciais ao desenvolvimento sustentado e para os quais muitos países programa conceberam estratégias específicas dos sectores; e
- Em termos de modalidades, o apoio ao orçamento deverá ser cada vez mais utilizado devido aos seus efeitos positivos na apropriação nacional, na celeridade com que se efectuam os desembolsos e na utilização dos sistemas nacionais.

2) Eficácia da Ajuda

- A Agenda de Acra para Acção deverá tomar em conta os pareceres das partes interessadas traçando objectivos calendarizados mensuráveis para a desvinculação da ajuda, a transformação da assistência técnica em fortalecimento de capacidades, a redução das condicionalidades, a maximização da

concessionalidade, o aumento da calendarização plurianual e da melhoria da flexibilidade para combater choques exógenos;

- As condicionalidades permanecem uma questão-chave porque reduzem o espaço das políticas, a liderança do desenvolvimento pelos países e a calendarização da ajuda. Deverão traçar-se objectivos para uma redução acentuada das condicionalidades;
- Os processos de prestação de contas mútua ao nível dos países deverão ser fortalecidos através da definição de padrões de boas práticas e do fortalecimento da capacidade nacional e da liderança dos processos;
- Uma maior transparência da ajuda tem de ser um resultado-chave das discussões de Acra, tornando todos os acordos, políticas e dados da ajuda publicamente disponíveis para facilitar o exame minucioso por parte dos parlamentários e de outras partes interessadas.

3) Capacidades ao Nível dos Países para Coordenação e Gestão da Ajuda

- Os países em desenvolvimento deverão desenvolver políticas de ajuda eficazes, com apoio dos doadores através da intensificação do fortalecimento das capacidades de análise e políticas da ajuda, negociação e avaliação dos resultados;
- As questões sobre a capacidade de absorção precisam de ser resolvidas através de avaliações abrangentes conjuntas de nós de estrangulamento, incluindo procedimentos dos doadores e dos países em desenvolvimento; e
- O desenvolvimento das capacidades de análise e políticas da ajuda deverá continuar a ser alargado a todas as principais partes interessadas nacionais, em particular aos parlamentários, à sociedade civil e aos governos locais.

4) Provedores Não-Estatais da Cooperação para o Desenvolvimento

- Os ODM não serão alcançados sem um forte envolvimento (incluindo o fornecimento de financiamento) da sociedade civil, das empresas, de fundações e de fundos globais. A vantagem comparativa destes actores é clara em termos de alcance e eficiência, mas os seus esforços precisam de apoiar totalmente as prioridades nacionais;
- A ajuda canalizada através das organizações da sociedade civil, de fundos globais e do sector privado precisa de ser integrada num quadro alargado da qualidade da ajuda, que toma em conta as particularidades e os interesses destes actores, ao mesmo tempo que demonstra uma clara eficácia no alcance dos resultados.

5) Cooperação para o Desenvolvimento Sul-Sul e Triangular

- É necessário um processo para facilitar a troca de melhores informações e análise, através do qual outros actores do desenvolvimento possam aprender as lições positivas da ajuda Sul-Sul e triangular, especialmente na assistência técnica/no desenvolvimento de capacidades, nas infraestruturas, nos programas regionais e na entrega rápida dos resultados para o desenvolvimento;
- Estas lições poderiam ser usadas para chegar a práticas e objectivos da eficácia da ajuda mais amplamente concertados, para ajudar os países em desenvolvimento a aceder e a utilizar a melhor assistência disponível através de um quadro de políticas da ajuda de apropriação nacional.

6) Futuro Papel do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento

- Continuar a fortalecer a voz de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, os parlamentários, o sector privado e os governos locais através de prestação de apoio a um diálogo de alto nível inclusivo sobre aspectos da ajuda;
- Continuar a fornecer uma análise independente e de alta qualidade de aspectos da ajuda e assegurar um debate internacional abrangente e inclusivo sobre esta agenda;
- Incluir a vasta gama de aspectos que afectam a eficácia da ajuda tais como alterações climáticas, segurança alimentar e coerência de políticas com outro financiamento do desenvolvimento, comércio e dívida;
- Desempenhar um papel principal como mecanismo global de prestação de contas mútua através do fortalecimento das estruturas nacionais e internacionais de prestação de contas mútua, com base numa análise independente dos progressos;
- Focar o seu encontro a realizar em 2010 no desempenho de um papel instrumental no desenvolvimento de um quadro mais inclusivo para a qualidade da ajuda, tomando em consideração os interesses de partes interessadas múltiplas.

As discussões do FCD foram apoiadas por um relatório do Secretário-Geral da ONU, que a DFI ajudar a formular, e por estudos de fundo sobre a ajuda Sul-Sul, a eficácia da ajuda, o alinhamento com os ODM e a afectação da ajuda. Estes documentos encontram-se na web no endereço:

<http://www.un.org/ecosoc/newfunct/2008dcf.shtml>. ●

PARLAMENTÁRIOS CONCERTAM PAPEL MAIS FORTE NA GESTÃO DA DÍVIDA



Durante 25-27 de Junho, o Pôle-Dette e a DRI organizaram (em Bamako, Mali) um seminário regional para sensibilizar os parlamentários de Comitês de Finanças para o seu futuro papel na manutenção da sustentabilidade da dívida pública. Compareceram delegações de todos os países da Zona do Franco CFA, assim como do Burundi, da Guiné, da Mauritânia e do Ruanda. Cada delegação era composta por três membros incluindo o Presidente do Comité de Finanças e pelo menos um membro da oposição (para países com sistemas multipartidários).



Para países da Zona do Franco, o seminário foi concebido para seguir a adopção, em 2007 pelos Conselhos de Ministros da CEMAC e da UEMOA e em 2008 pela União de Comores, de regulamentos que prevêm o quadro de políticas de gestão da dívida pública. Para manter a sustentabilidade da dívida na sequência de iniciativas internacionais de alívio da dívida, estes regulamentos obrigam cada governo a preparar e anexar à lei orçamental um documento de estratégia da dívida pública.

A gestão da dívida pública é um elemento-chave da gestão das finanças públicas. Dado o papel central dos parlamentos no debate e na adopção da lei orçamental, assim como na avaliação da implementação orçamental, este seminário tinha dois objectivos: 1) sensibilizar membros de comités de finanças para os aspectos envolvidos na manutenção da sustentabilidade da dívida; e 2) definir o papel que o parlamento deverá desempenhar para manter a dívida sustentável (incluindo na implementação dos novos regulamentos na Zona do Franco).

Para cumprir estes objectivos, o seminário discutiu os seguintes temas:

1) Aspectos e desafios chave na gestão da dívida pública.

Os parlamentários chegaram ao consenso que embora a dívida seja útil para financiar o desenvolvimento, é essencial manter o controlo dos níveis da dívida e criar um consenso parlamentar sobre níveis mais favoráveis da dívida. Em particular, a gestão da dívida tem de incluir todas as potenciais obrigações financeiras do Estado

(especialmente empréstimos paraestatais), estar totalmente coordenada com as políticas macroeconómicas e assentar num enquadramento legal e institucional apropriado.

2) O papel do novo enquadramento legal e institucional para gestão da dívida na Zona do Franco na prevenção de futuras crises da dívida.

Os parlamentários concordaram que o seu papel na gestão da dívida precisa de ser reforçado, para que esta reforma possa cumprir os seus objectivos. Expressaram preocupação que os Comitês Nacionais da Dívida Pública propostos possam entrar em conflito com as funções de estruturas nacionais de gestão da dívida já existentes, mas as explicações garantiram que os CNDP não duplicarão as estruturas já existentes e terão mesmo secretariados técnicos fornecidos pela unidade principal de gestão da dívida para cumprir 3 objectivos:

- Assegurar que as funções de formulação e análise da política da dívida e a mobilização do financiamento para o governo estejam totalmente coordenadas;
 - Coordenar os papéis de todas as estruturas envolvidas em funções de gestão da dívida e sua coordenação com as políticas macroeconómicas; e
 - Estabelecer um consenso dentro do governo sobre a política nacional da dívida.
- ## 3) O fenómeno de fundos oportunistas, actores do sector privado com grandes conhecimentos legais que compram uma dívida a um preço mínimo,
- e exigem em tribunais o seu valor total mais juros e custos legais. Isto demonstrou a necessidade de reformas profundas em gestão da dívida para

umentar a transparência. Os parlamentários insistiram na necessidade de adoptar leis que pudessem evitar as experiências infelizes desses processos, para que a gestão da dívida fosse do interesse não só de funcionários técnicos ou dos executivos, mas também de parlamentários e instituições nacionais de auditoria.

4) Gestão de excedentes orçamentais para países exportadores de recursos naturais não renováveis.

Os parlamentários expressaram a necessidade de gerir as finanças públicas de forma muito activa e conservar as receitas orçamentais provenientes do petróleo para uso após o período de produção petrolífera.

No fim do seminário, os parlamentários declararam que tinham sido informados na íntegra sobre a sua necessidade de desempenhar um papel muito maior na gestão da dívida pública e, no caso da Zona do Franco, sobre o teor e as implicações dos novos regulamentos da dívida. Comprometeram-se a insistir junto dos seus Governos na necessidade de estes efectuarem um exame abrangente da política da dívida durante o próximo debate orçamental. Os Presidentes dos Comitês de Finanças também decidiram criar uma rede de parlamentários francófonos de comités de finanças a fim de avaliar e fortalecer as suas capacidades de gestão da dívida e das finanças públicas. Exortaram o Pôle-Dette a reforçar a sua assistência nesta área a nível nacional, quer aos parlamentários quer aos decisores para que estes por sua vez pudessem sensibilizar o público em geral para a importância de uma gestão da dívida sólida. ●

O segundo Seminário Regional do CEMLA e da DRI sobre Formação de Formadores para Análise e Estratégia da Dívida e dos Novos Financiamentos realizou-se na Cidade do México durante 2 a 12 de Junho, com a participação de equipas da Bolívia, das Honduras e da Nicarágua e de um observador do Haiti (principalmente dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais). Tinha por objectivo consolidar a capacidade de peritos regionais de PPME para serem formadores ao nível nacional e regional, permitindo-lhes desempenhar na íntegra um papel em futuros eventos ao abrigo do PFC PPME.

Metodologia do Seminário

A principal ferramenta metodológica foi o Guia de Formação de Formadores do PFC, que inclui não só instruções sobre como realizar tarefas técnicas, mas, mais importante ainda, directivas sobre como formar os participantes em seminários nacionais e regionais. Os formadores também utilizaram um manual genérico de seminários nacionais como guia de referência (Honduras foi o estudo de caso).

O seminário teve início com apresentações iniciais sobre os seus objectivos e a sua estrutura e a metodologia do PFC para analisar estratégias da dívida e dos novos financiamentos. A seguir, os participantes foram divididos em grupos técnicos que simularam as tarefas de grupos técnicos num seminário regional, com cada potencial formador a desempenhar o papel de formador no seu grupo, com base numa rotação diária.

Esta formação prática foi acompanhada de apresentações dos facilitadores do CEMLA e da DRI sobre o papel que se espera que os formadores desempenhem na preparação e organização de seminários, sessões de abertura, exemplos de boas e más apresentações, como preparar e executar sessões plenárias e sessões para os países avaliarem a sua capacidade de gestão da dívida, como combinar cenários da dívida, de novos financiamentos, macroeconómicos e de gastos na redução da pobreza, com organizar equipas para escreverem e editarem o relatório final, e como convencer os decisores em apresentações a seminários de sensibilização. Também houve sessões práticas sobre como usar a ferramenta de análise Debt Pro[®], tendo os participantes desempenhado o papel principal na formação para demonstrar que poderiam orientar futuros seminários.

Por último, como acontece em seminários nacionais e regionais, cada dia terminou com reuniões de *debriefing* entre os formadores, em que se efectuou uma rotação diária dos participantes para representarem os seus grupos.



Resultados do Seminário

O seminário cumpriu na íntegra os seus objectivos, tendo também permitido aos países participantes trocar experiências sobre melhores práticas de formação. Isto reflectiu-se nas avaliações do evento, em que 100% dos participantes o avaliaram como sendo muito útil.

Cada grupo técnico também apresentou sugestões para melhorar a metodologia do PFC:

- **Revisão do portefólio:** incluir uma análise da composição da moeda, do vencimento médio e dos custos implícitos da dívida (incluindo taxas de juro).
- **Estratégia da dívida interna:** elaborar um guia mais abrangente do uso dos modelos do PFC e sobre como ligar os resultados destes a Debt Pro[®] e ao QSD-PBR.
- **Estratégia do financiamento externo:** simplificar alguns critérios na metodologia e torná-los todos, se possível, quantificáveis para mostrar aos decisores o impacto das melhorias.
- **Previsões macroeconómicas:** o grupo sugeriu que se efectuassem os cálculos de pedidos de dívida interna para assegurar a consistência com os dados fiscais e monetários.
- **Previsões macroeconómicas e da redução da pobreza:** ou trabalho conjunto entre os dois grupos, para melhorar a abrangência das suas ligações, ou (dado o tamanho grande do grupo de redução da pobreza) a nomeação de um representante que possa coordenar entre estes.

O seminário também apresentou sugestões globais para melhorar a metodologia:

- Considerar organizar uma **reunião diária** entre o formador e membros do grupo para explicar mais claramente como julgar a relação entre os progressos nos diferentes grupos, avaliar os progressos nas tarefas e planejar futuras tarefas de forma mais participativa.
- Reforçar esforços para organizar **seminários de sensibilização** para decisores e a imprensa a fim de sublinhar a importância do fortalecimento de capacidades e evitar o risco de as capacidades serem gradualmente minadas em anos futuros.
- Melhorar a qualidade dos **relatórios nacionais** (partindo das melhorias produzidas pelas novas directivas do CEMLA) ligando a análise histórica empreendida antes dos seminários com uma discussão no primeiro dia de possíveis cenários e seus resultados.

Cada delegação nacional reuniu-se para avaliar a sua capacidade de gestão da dívida. Destas reuniões emergiram grandes avanços por parte das Honduras e da Nicarágua na concepção e aprovação de estratégias formais da dívida como parte de processos orçamentais, cumprindo leis aprovadas pelos seus Governos. O observador do Haiti expressou a sua satisfação com o seminário e o seu desejo de uma implementação rápida do programa de ajuda intensiva concertado entre o Governo do Haiti e o CEMLA para 2008-10. Mais importante ainda, o seminário criou uma segunda geração de formadores regionais que (acrescentada à primeira), será suficiente para empreender todas as futuras actividades nacionais e regionais com o mínimo de ajuda externa. ●

UGANDA ACTUALIZA ESTRATÉGIA PARA MANTER SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO



Como parte do PFC PPME o MEFMI continua a operar com os países para desenvolver políticas e estratégias para gerir o endividamento dos países de forma responsável para evitar a acumulação de dívida a níveis insustentáveis. O Uganda, beneficiário da iniciativa PPME e posteriormente da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM), é um dos países que assumiu a iniciativa de efectuar um grande investimento no desenvolvimento da capacidade nacional para conceber e implementar uma estratégia da dívida abrangente, para cumprir o objectivo do Governo de assegurar que o país mobilize os recursos internos e externos mais apropriados para financiar o seu desenvolvimento.

No entanto, o Governo do Uganda solicitou um seminário de Actualização da Estratégia da Dívida para ministrar formação abrangente a funcionários públicos na análise de aspectos da estratégia da dívida e manter uma equipa sustentável capaz de actualizar regularmente a análise da estratégia da dívida, para o futuro previsível, e com o mínimo de ajuda externa. Como o Uganda é um país pós-IADM, o foco do seminário incidia em ajudar o Governo a conceber uma estratégia da ajuda e da dívida, que maximizasse a eficácia do financiamento externo do desenvolvimento, assegurasse uma gestão da dívida interna de alta qualidade e mantivesse a sustentabilidade da dívida de longo prazo conforme avaliada pelo QSD-PBR das IBW. Nesta base, uma equipa nacional actualizou o documento nacional de estratégia da dívida pública.

O seminário realizou-se em Entebbe de 21 de Julho a 1 de Agosto de 2008. Foi facilitado por quadros do MEFMI, da Debt Relief International, por membros individuais do MEFMI e por 11 peritos ugandeses e contou com a comparência de 25 funcionários técnicos a trabalhar em aspectos da dívida e da ajuda do Ministério das Finanças, do Planeamento Económico e Desenvolvimento e do Banco do Uganda. O Governo do Uganda contribuiu com mais de 80 por cento do custo total do seminário.

A análise da estratégia da dívida cobriu toda a dívida contraída junto de fontes internas e externas e focou numa série de simulações destinadas a tratar de alguns dos desafios para manter a sustentabilidade da dívida de longo prazo no contexto de:

- Aumentar as despesas para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o mais cedo possível.
- Menor acesso a fontes muito concessionais de financiamento externo, que poderão provocar a necessidade de mais empréstimos não-concessionais.
- Endividamento no mercado interno para financiar o orçamento (enquanto actualmente o Governo utiliza a dívida interna apenas para efeitos monetários).

Os resultados de base sugeriram que a dívida externa do Governo é actualmente sustentável e que a sustentabilidade pode ser mantida durante 20 anos. Implícitos neste resultado residem os pressupostos que o Governo pode mobilizar níveis ainda mais altos de donativos e empréstimos concessionais, a fim de financiar os maiores investimentos nas infraestruturas necessários para cumprir os ODM e que a gestão macroeconómica se mantém sólida. Além disso, os resultados indicam que o Uganda tem um baixo risco de sobreendividamento, visto que o caso de base QSD-PBR e os resultados do teste de stress se encontram muito abaixo dos limiares de sustentabilidade para um desempenhador 'forte' segundo o IRAI.

Contudo, se o Governo não puder mobilizar um maior número de fluxos concessionais e tiver de se endividar de forma não-concessional para financiar o sector de energia ou outras infraestruturas, isto poderia tornar o serviço da dívida insustentável. Do mesmo modo, se não se mantiver o forte desempenho macroeconómico actual e alguns dos agregados macro principais regressarem a níveis históricos, o Uganda poderia enfrentar uma carga da dívida externa insustentavelmente elevada dentro de um período de dez anos.

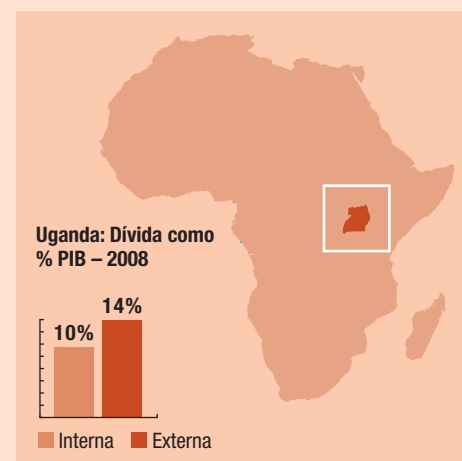
Actualmente o Uganda tem um rácio dívida interna para PIB de 10% e um rácio custos dos juros da dívida interna para receitas orçamentais internas de 7.5%, sendo ambos inferiores aos indicadores de referência do Governo, que foram estabelecidos a 15%. Se o Governo mantiver a sua estratégia actual de aceder aos mercados internos apenas para efeitos da política monetária e reestruturar o portfolio para alcançar um rácio 60:40 de obrigações de médio-longo prazo comparado com Bilhetes do Tesouro, então os indicadores da dívida interna manter-se-ão inferiores aos indicadores de referência do Governo. Contudo, se o Governo se endividar para efeitos fiscais, particularmente para compensar incumprimentos nos fluxos da ajuda externa, a dívida interna poderia subir acima dos indicadores de referência.

A Estratégia da Dívida de 2007 advoga um aumento da oferta de crédito ao sector privado e o aprofundamento do sector financeiro. Contudo, os resultados da ASD mostram que

o rácio dívida interna para crédito ao sector privado é de 130 por cento (comparado com o indicador de referência do Governo de 100 por cento) e se mantém superior ao indicador de referência a médio prazo. Consequentemente, são necessárias medidas de políticas adicionais para proporcionar outras oportunidades de investimento financeiro e atrair mais instituições financeiras não-bancárias.

As principais recomendações da análise para o Governo incluem:

- Deverá manter-se a política de endividamento apenas em termos concessionais, devendo limitar-se o endividamento a sectores prioritários/sectores produtivos.
- Os empréstimos deverão focar em sectores tais como estradas, energia, águas, agricultura, educação e saúde, que, se forem utilizados com eficiência, manterão o desempenho macroeconómico e aumentarão as receitas necessárias para efectuar o serviço da dívida.
- O Governo deverá aumentar e diversificar o desenvolvimento do sector financeiro para estimular o crescimento dirigido pelo sector privado.
- O Governo deverá estabelecer uma base de dados da ajuda para monitorizar e analisar as entradas de ajuda.
- O Governo deverá avaliar a qualidade das entradas de recursos externos, tomando em conta o alinhamento das políticas e dos procedimentos dos doadores/credores com as prioridades do Governo e não apenas focar na concessionalidade dos fluxos, para assegurar que cada dólar do financiamento dê a contribuição máxima para o desenvolvimento do Uganda. ●



PALOP FORMULAM ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

De 7 a 12 de Julho, a DRI organizou em Maputo um seminário regional para funcionários públicos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O seminário tinha por objectivo assisti-los na formulação de Políticas de Novos Financiamentos Externos para os seus países.

O seminário começou com um conjunto de apresentações introdutórias sobre as melhores práticas na mobilização de financiamento externo. Discutiram: tendências recentes nos fluxos de financiamento externo a países em desenvolvimento (especialmente PALOP), opções de financiamento não-concessional e suas vantagens e desvantagens, a eficácia da ajuda e a Declaração de Paris, arranjos multi-doadores de apoio ao orçamento e procedimentos e políticas dos governos doadores e receptores.

A seguir, cada uma das equipas nacionais foi organizada em três sub-grupos técnicos. O primeiro grupo examinou tendências recentes da ajuda incluindo promessas, compromissos

e desembolsos de credores e doadores, e montantes actuais não desembolsados de ajuda, analisando a sua composição por tipo (ajuda e financiamento não-concessional e comercial tais como empréstimos e obrigações), fonte (país doador, instituições multilaterais e credor comercial), sector de destino, modalidade (apoio ao orçamento, outra ajuda a programas, projectos, assistência técnica) e canal (governo, organização da sociedade civil e sector privado). O segundo grupo analisou as políticas e os procedimentos do seu próprio governo nacional e os constrangimentos que estes poderiam impor ao desembolso e aos gastos efectivos das entradas de recursos. O terceiro grupo reviu as políticas e os procedimentos dos diferentes provedores de financiamento externo e em particular o seu grau de alinhamento com as políticas e os procedimentos nacionais.

Cada rascunho de políticas elaborado pelas equipas nacionais incluiu:

- Princípios e objectivos para mobilizar recursos externos, com os quais os provedores poderiam alinhar.
- Passos que os Governos deverão dar para melhorar e fortalecer os seus próprios procedimentos e políticas.

- Recomendações para fortalecer cada uma das instituições que mobilizam recursos externos.

Contudo, os relatórios também reflectiram diferentes experiências nacionais. Angola focou nas suas lições da mobilização de créditos comerciais e recursos garantidos pelo petróleo e na necessidade de melhorar o enquadramento legal e regulador para o financiamento externo. A Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe definiram como diversificar as suas bases de doadores, melhorar a qualidade da ajuda e aumentar a sua capacidade de absorção da ajuda (incluindo uma avaliação abrangente dos seus procedimentos de desembolsos para superar nós de estrangulamento). Moçambique focou em como alargar e aprofundar os seus enquadramentos actuais da qualidade da ajuda, reduzir as condicionalidades dos doadores e os pedidos de fundos de contrapartida e melhorar a coordenação entre as instituições que lidam com a ajuda.

O encontro também proporcionou uma oportunidade para uma actualização dos progressos do Instituto PALOP (ver caixa). ●

O INSTITUTO PALOP (IGEF) CONTINUA A AVANÇAR

Em Fevereiro de 2008, os representantes dos 5 PALOP assinaram em Luanda (Angola) um acordo para estabelecer o Instituto de Formação em Gestão Económica e Financeira (IGEF). Esta cerimónia foi a culminação de vários anos de trabalho para estabelecer um instituto de capacitação para que os funcionários públicos destes países possam beneficiar de formação em português (bem como continuar a beneficiar, conforme apropriado, de formação em inglês e francês através da sua adesão a outras organizações parceiras regionais do PFC – ao MEFMI e ao Pôle-Dette). O novo instituto terá um programa principal de formação em Gestão da Dívida, moldado conforme o programa construído pelos outros parceiros regionais do PFC, assim como programas de gestão macroeconómica e financeira.

Na cerimónia de assinatura, o ministro angolano das Finanças foi escolhido como Director-Geral interino do IGEF, até ao recrutamento de um Director-Geral através de um processo de selecção competitiva. O Instituto PALOP já assinou contratos financeiros com a Fundação Africana de Capacitação (ACBF) e a União Europeia, assim como compromissos de cooperação técnica dos Institutos do FMI e do Banco Mundial, do sistema da ONU, do Brasil e de Portugal. O PFC também está a planear



apoiar o IGEF através da realização de actividades nacionais e regionais de formação conjuntas durante 2009 e assistindo o IGEF no planeamento da sustentabilidade das suas actividades de estratégia da dívida após 2009.

Prevê-se que o Instituto PALOP inicie operações no início de 2009, com um gabinete representativo em Luanda e um novo complexo de formação ultramoderno no Lubango.

No seminário regional dos PALOP, o Governo de Angola proferiu uma apresentação sobre os mais recentes progressos no estabelecimento do IGEF. Os participantes no seminário decidiram assinar uma declaração conjunta a exortar os seus dirigentes políticos a avançar no sentido de compromissos orçamentais para 2009 e a recrutar o Director-Geral rapidamente, para que o IGEF possa iniciar os trabalhos no início de 2009. ●

LIBÉRIA: SEMINÁRIO NACIONAL IDENTIFICA DESAFIOS-CHAVE



Durante 1-12 de Setembro, o PFC PPME realizou o seu primeiro Seminário Nacional de Estratégia da Libéria. Este artigo apresenta algumas das principais conclusões do seminário.

Antecedentes

Há 30 anos, o PIB per capita da Libéria estava em igualdade de condições com o do Egipto, da Indonésia e das Filipinas. Depois de 1980, a Libéria entrou num período de instabilidade prolongado que incluiu 15 anos de guerra civil, que teve um impacto devastador na economia do país. Agora, 64% da população vivem abaixo da linha nacional de pobreza. O longo conflito civil também deixou o país com uma situação de dívida muito grande e complexa. A Libéria não honrou os compromissos da sua dívida externa em meados da década de 1980, seguido de não-pagamento de dívida, pelo que o juro e as penalidades mais que triplicaram a dívida. Em Junho de 2007, a dívida externa total da Libéria ascendeu à espantosa quantia de US\$4.7 mil milhões de dólares, 96% dos quais em atrasados, contribuindo a dívida interna com outros US\$300 milhões de dólares.

Durante o mesmo período, a capacidade da Libéria para efectuar o serviço da dívida sofreu um colapso total. Entre 1987 e 1995, o PIB caiu em 90%, um dos maiores colapsos económicos de sempre, e as exportações de muitos produtos desapareceram. Em meados de 2007, o rácio do valor actualizado da dívida externa da Libéria para as suas exportações era de 1,576%, o mais alto do mundo, ou mais de quinze vezes superior ao limiar PPME. Como consequência, a redução da carga da dívida constitui de momento uma das prioridades máximas do Governo.

Com o cessar das hostilidades e as reformas postas em vigor em Janeiro de 2006 pela administração da Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, o país voltou a estabelecer a segurança e iniciou um processo de restabelecimento dos serviços públicos no país. A actividade económica continuou a recuperar para um crescimento de 9.5% do PIB real em 2007, acompanhado de taxas de inflação relativamente estáveis. Operaram-se progressos significativos na melhoria da cobrança de receitas, na gestão das finanças públicas (GFP) e na contratação pública. A política fiscal foi arraigada num orçamento de tesouraria equilibrado porque o nível insustentável da dívida pública torna imprudente manter uma posição de política fiscal activa.

Passos Para Abordar a Dívida Pendente

A Libéria adoptou uma estratégia de resolução da dívida interna em Janeiro de 2007. Empreendeu uma revisão extensiva de US\$914

milhões em créditos com a assistência de um auditor externo e constatou que cerca de US\$314 milhões desses créditos eram válidos. Decidiu então liquidar todos os créditos válidos através de um desembolso descontado, em que a taxa de desconto depende do tamanho do crédito. O Banco Central é tratado como credor preferido, sendo portanto pago na íntegra. O orçamento incluiu US\$5.6 milhões em 2006/07 e US\$5.9 milhões em 2007/08 para cobrir o custo inicial de alguns créditos.

Com respeito à dívida externa, o Governo da Libéria já deu seis passos-chave:

1. Em Dezembro de 2007, liquidou os seus atrasados ao Banco Mundial utilizando donativos, reduzindo a dívida em US\$400 milhões.
2. Também liquidou os seus atrasados ao Banco Africano de Desenvolvimento com donativos, reduzindo a dívida em US\$225 milhões.
3. Em Março de 2008, liquidou os seus atrasados ao FMI através de um empréstimo-ponte seguido de novos financiamentos PRGF. Isto não reduziu a dívida ao FMI (superior a US\$900 milhões) mas permitiu-nos reatar relações normais com o FMI.
4. Também alcançou o Ponto de Decisão PPME, está a receber alívio interino para o pagamento do serviço da dívida a vencer-se e está a planear alcançar o Ponto de Culminação PPME na segunda metade de 2009.
5. Em Abril de 2008, reuniu-se com os seus credores do Clube de Paris e recebeu um tratamento muito generoso com a imediata anulação de US\$250 milhões (incluindo o perdão imediato de 100% concedido por vários governos) e um reescalonamento do restante de modo que nenhum pagamento se vencerá durante pelo menos três anos.
6. Continua a realizar encontros com os seus credores comerciais e encontra-se no trilho para chegar a um acordo com estes quanto a uma recompra da dívida em termos consistentes com PPME, com apoio do Mecanismo de Redução da Dívida da AID.

De um modo geral, a Libéria reduziu a sua dívida em US\$ mil milhões no último ano e está ansiosa por concluir negociações com várias instituições multilaterais mais pequenas e com credores não-Clube de Paris.

Restantes Desafios

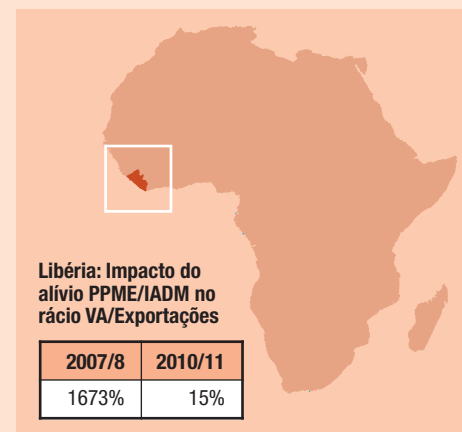
O seminário nacional identificou os seguintes desafios-chave:

1. Continuar a implementar as políticas-chave e os programas de reconstrução e desenvolvimento previstos na sua Estratégia de Redução da Dívida, especialmente os impulsores do Ponto de Culminação PPME, que incluem a implementação da nova legislação de gestão das finanças públicas, empreendendo uma série de auditorias a ministérios-chave, alargando a cobertura

nacional de um pacote básico de serviços de saúde, harmonizando a folha salarial do Ministério da Educação e fortalecendo os sistemas de prestação de contas da dívida e gestão da dívida.

2. Concluir o processo de recolha de dados exactos da dívida interna e harmonização dos montantes actuais pendentes e publicar regularmente no seu website dados exactos da dívida interna e externa. Para conseguir isto, a Libéria precisa de adquirir um software apropriado de registo da dívida reconhecido internacionalmente (tal como os sistemas da Commonwealth ou da CNUCED) em vez de utilizar uma base de dados Excel.
3. Aumentar a sua capacidade de análise da estratégia e sustentabilidade da dívida, utilizando as metodologias quer de PPME quer de QSD-PBR, a fim de assegurar que beneficia de alívio da dívida PPME máximo para depois ser capaz de manter a sua sustentabilidade da dívida.
4. Aumentar a sua capacidade para negociar alívio da dívida externa sem a assistência de assessores externos.
5. Aumentar a sua capacidade para empreender previsões de perspectivas macroeconómicas e do impacto dos gastos anti-pobreza.
6. Conceber uma política para mobilizar novos financiamentos sustentáveis e ajuda eficaz, especialmente assegurando um alinhamento mais estreito dos doadores com os seus procedimentos e políticas nacionais.

É só voltando a fortalecer a sua capacidade institucional e profissional necessária para monitorizar, analisar e efectuar o serviço e a renegociação das dívidas que a Libéria poderá assegurar que nunca mais voltará a enfrentar dificuldades na efectivação do serviço da dívida. ●



Seminários Regionais

CEMLA: Seminário Regional de Formação de Formadores
Cidade do México, 2-12 de Junho
Ver artigo na página 6



PALOP: Seminário Regional
Maputo, 7-12 de Julho
Ver artigo na página 8



Pôle-Dette: Seminário para Parlamentários
Bamako, 24-27 de Junho
Ver artigo na página 5



Pôle-Dette: Seminário Regional sobre a Sustentabilidade da Dívida Pública de Longo Prazo para Países de Baixa Renda
Douala, 28 de Julho-1 de Agosto



Foi organizado em cooperação com o Banco Mundial, o FMI, o BAD e a DRI e formou 30 funcionários de 9 países (Burundi, RCA, Chade, República do Congo, RD do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau e Togo). Cada equipa de país incluiu 1 especialista do orçamento, 1 perito da balança de pagamentos e 1 gestor da dívida.

O Banco Mundial, o FMI e o Pôle-Dette dirigiram as sessões de formação, que assentaram em quatro módulos: 1) no quadro teórico para a sustentabilidade da dívida externa e pública (ver 31ª edição deste Boletim, página 5); 2) na apresentação dos modelos do QSD-PBR e de como usá-los para conceber estratégias de endividamento tomando em conta perspectivas macroeconómicas e financeiras; 3) no uso de testes de sensibilidade para avaliar a vulnerabilidade dos países aos choques; e 4) no trabalho prático em equipas nacionais para preparar uma análise do QSD-PBR para cada país. O seminário beneficiou do desenvolvimento por parte das IBW de um modelo conjunto em Excel que analisa a sustentabilidade da dívida externa e fiscal e simplifica de forma considerável a formação e o trabalho prático.

As conclusões globais do seminário foram que:

- Virtualmente todos os países participantes encontram-se em situação de crise da dívida, conforme a avaliação utilizando o QSD-PBR.
- O novo modelo é extremamente útil para julgar os efeitos das políticas macroeconómicas e de endividamento nos riscos à sustentabilidade da dívida.
- O seminário foi demasiado curto para ultimar todos os insumos (macroeconómicos e da dívida) necessários e empreender a análise - uma duração de duas semanas teria sido melhor.
- O Pôle-Dette e as IBW deverão continuar a

operar juntos para melhorar a capacidade dos países para utilizar os modelos e também definir com maior clareza as implicações dos resultados para as discussões sobre o Artigo 4 e PRGF para acesso a financiamento da AID.

- Deverão organizar-se seminários de formação de formadores, combinando a metodologia do PFC e a do QSD.
- O trabalho para melhorar o modelo deverá continuar, especialmente quanto à dívida interna e do sector privado e sobre como analisar países exportadores de minerais com excedentes orçamentais.
- Um guia pormenorizado do utilizador deverá ser escrito para permitir aos funcionários de países de baixa renda fazer o uso máximo dos modelos e da metodologia para conceber estratégias nacionais da dívida.

Seminários Nacionais

Bolívia: Seminário Subnacional de Estratégia e Sustentabilidade da Dívida



El Alto, 17-24 de Julho

Este seminário realizou-se em La Paz e foi precedido de duas missões preparatórias em Novembro de 2007 e Julho de 2008. Atrai 17 funcionários das unidades da dívida pública, das contas, do orçamento, do Tesouro, do planeamento e da auditoria, visando fortalecer as suas capacidades de análise das finanças públicas com ênfase particular na sustentabilidade da dívida. Os participantes compilaram e organizaram dados fiscais e da dívida e depois conceberam cenários e previsões e produziram e analisaram os resultados. Ultimaram um relatório analítico, bases de dados abrangentes para a dívida e fluxos de fundos, análise microeconómica e macroeconómica da sustentabilidade da dívida e recomendações para melhorar a coordenação institucional, assim como avaliar a sua capacidade de gestão fiscal e da dívida. Com base na avaliação do seminário por parte dos participantes, 28% acharam que o seminário podia ter sido mais longo, mas todos acharam que a sua organização técnica e administrativa tinha sido excelente e 94% pensavam que os conhecimentos adquiridos durante o seminário seriam muito úteis para o seu trabalho.

Costa do Marfim



Abidjan, 21 de Julho-1 de Agosto

O Pôle-Dette e a DRI organizaram em conjunto um seminário nacional sobre a redução sustentável da dívida para ajudar as autoridades a conceber uma estratégia da dívida que:

- Fortaleça os laços entre a gestão da dívida pública interna e externa, a política macroeconómica e os objectivos nacionais de gastos anti-pobreza para cumprir os ODM;
- Coloque a sustentabilidade das finanças públicas e da dívida no centro das políticas financeiras e económicas nacionais através da

análise da sustentabilidade da dívida interna e externa;

- Ponha em vigor estruturas de coordenação para implementar a estratégia de redução da dívida.

O seminário beneficiou da participação de 33 funcionários dos Ministérios da Economia, das Finanças e do Planeamento, da Direcção Nacional do BCEAO, e de vários ministérios sectoriais (Educação, Saúde, Infraestruturas, etc.).

Etiópia: Seminário Nacional de Estratégia da Dívida



Adis Abeba, 11-16 de Agosto

O seminário tinha por objectivo melhorar a capacidade dos funcionários nacionais para actualizar a análise da estratégia da dívida utilizando o novo modelo do QSD PBR das Instituições de Bretton Woods. Compareceram 16 participantes, facilitados por três pessoas-recurso nacionais e dois consultores da DRI. O seminário serviu-se da metodologia do PFC PPME para produzir as projecções pormenorizadas de insumos de VA, stock e serviço da dívida existente e de cenários da estratégia da dívida interna e dos novos financiamentos, para o QSD. Os resultados confirmaram à Etiópia que ao abrigo do cenário de base, a dívida etíope é actualmente muito sustentável. Contudo, como alguns testes de stress mostram níveis de dívida potencialmente insustentáveis, a Etiópia corre um risco moderado de sobreendividamento ao abrigo do QSD PBR. Estes resultados espelharam os resultados obtidos pelas BWI durante as recentes discussões do Artigo 4 e serão introduzidos pela Etiópia na actualização das suas estratégias nacionais de endividamento.

Libéria: Seminário Nacional de Estratégia da Dívida



Monróvia, 1-12 de Setembro

Ver artigo na página 9

Uganda: Seminário Nacional de Sustentabilidade da Dívida



Entebbe, 21 de Julho-1 de Agosto

Ver artigo na página 7

Missões de Acompanhamento/Institucionais Missão Institucional à Costa do Marfim



Abidjan, 28 de Julho-1 de Agosto

Esta missão foi concebida para ajudar as autoridades marfinenses a adaptar o regulamento regional sobre a gestão da dívida pública às suas necessidades nacionais. Visava analisar os passos dados pelas autoridades para introduzir regulamentos nacionais; ultimar os textos legais para criar o Comité Nacional da Dívida Pública (CNDP) e especificar outros passos legais e institucionais para melhorar a gestão e a coordenação da dívida com políticas macroeconómicas; concertar um calendário para a adopção e a publicação destes textos;

RECENTES E FUTURAS

e sensibilizar as autoridades marfinenses para os riscos relacionados com ataques de fundos oportunistas e para as medidas a tomar para se precaverem contra estes.

A missão formulou as seguintes recomendações:

- Ultime os rascunhos dos decretos para a criação do CNDP e transmiti-los às autoridades para adopção e promulgação atempadas;
- Frisar às autoridades que o prazo-limite para adoptar estes textos expira a 3 de Julho;
- Alargar estruturas de coordenação para incluírem as estruturas para além dos gestores da dívida e do Ministério das Finanças para assegurar um consenso nacional amplo em gestão da dívida;
- Assegurar a inclusão de advogados em todas as fases da gestão da dívida, especialmente do CNDP;
- Distinguir entre as funções do CNDP e as do seu secretariado;
- Organizar eventos de formação específicos para apoiar os membros do CNDP e seu secretariado;
- Lançar uma campanha de sensibilização/informação para todos os ministérios e parceiros de desenvolvimento para os informar sobre o novo enquadramento legal e institucional;
- Continuar a sensibilizar os gestores da dívida para os riscos das acções dos fundos oportunistas.

Mali: Missão de Acompanhamento para Formar o Comité Nacional da Dívida



Bamako, 4-9 de Agosto

O Pôle-Dette e a DRI organizaram esta missão para aumentar as capacidades do Comité Nacional da Sustentabilidade da Dívida Pública. Tinha por principal objectivo formar o Comité para permitir-lhe empreender uma análise da sustentabilidade da dívida sem insumos dos doadores ou de organizações internacionais. Para este efeito, participaram 17 funcionários da Direcção Nacional do BCEAO e das Direcções-Gerais da Dívida, da Economia, do Orçamento, do Tesouro e do Plano.

O principal resultado da missão foi um documento de estratégia da dívida do Mali para 2009, contendo plafonds para endividamento, limiares indicativos para termos de endividamento e uma análise da sustentabilidade da dívida para 15 anos, que os funcionários formados ultimarão no decurso da finalização do orçamento. Este documento será depois enviado ao Parlamento como anexo ao documento do orçamento.

Moçambique: Missão Nacional para Actualizar a Estratégia da Dívida



Maputo, 11-22 de Agosto

Esta missão realizou-se ao abrigo do programa de ajuda intensiva para Moçambique que é financiado pela Asdi. Foi conduzida pela DRI e pelo MEFMI, que focaram em aspectos globais da

estratégia da dívida, e por um consultor do Governo brasileiro financiado pelo Banco Mundial, que cobriu aspectos da gestão dos riscos. A missão operou de forma estreita com todas as instituições moçambicanas relevantes para elaborar um breve documento nacional da política da dívida, que será aprovado pelo Governo no 4ºT de 2008.

Metodologia, Ensino à Distância e Colocações

Metodologia

Os modelos da dívida interna e de novos financiamentos do PFC PPME, utilizados em seminários ASD e para o PED, estão a ser actualizados para permitir aos utilizadores gerar os insumos de projecção da dívida interna e de novos financiamentos externos para o modelo do QSD PBR. Os modelos actualizados estarão em breve disponíveis no endereço www.hipc-cbp.org.

Os perfis do *Guia de Doadores* do PFC PPME estão actualmente a ser actualizados para incluírem dados da ajuda de 2007 e os resultados do inquérito da Declaração de Paris para 2008 (que cobre os progressos na eficácia da ajuda até fins de 2007) e estarão em breve disponíveis no endereço www.hipc-cbp.org.

Programa de Ensino à Distância

Quase todo o segundo grupo de 40 estudantes admitidos na Fase 4 encontra-se no trilho com os seus estudos, tendo apenas alguns estudantes ficado para trás devido a muitos compromissos de trabalho. Houve algumas inscrições atrasadas para substituir os estudantes que tiveram de desistir devido a transferências de trabalho ou a inscrições em programas de mestrado. Os países participantes são Burundi, Camarões, RCA, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Nicarágua, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia.

Os módulos da estratégia dos novos financiamentos externos (módulos 6-8) foram actualizados para incluírem uma análise dos indicadores de Paris da prestação de contas mútua e outros recentes desenvolvimentos e recursos dos doadores e credores.

Colocações

O novo Director do Programa da Dívida do MEFMI, Raphael Otieno, esteve colocado na DRI em Londres de 11-16 de Setembro para trocar pareceres sobre todos os aspectos do PFC e actualizar planos para maximizar os progressos nos objectivos do quadro lógico do PFC durante os últimos 18 meses da fase 4.

Futuras Actiidades

Durante os próximos três meses, o PFC PPME irá implementar as seguintes actividades:

- **Encontros Inter-Regionais:** participação no Encontro dos Ministros das Finanças da Commonwealth em Sta. Luzia e organização (com o Secretariado da Commonwealth e a OIF) do 15º Encontro da Rede dos Ministros das Finanças PPME e da Conferência de Imprensa em Washington;
- **Seminários Regionais:** MEFMI e WAIFEM: Seminários Regionais de Formação de Formadores em DeMPA; CEMLA: Seminário Regional de Novos Financiamentos; Pôle-Dette: 2º Seminário Regional para Formação dos Comités Nacionais da Dívida e 2º Seminário Regional sobre Previsões e Gestão do Tesouro Público;
- **Seminários Nacionais:** Bolívia (Subnacional), Guiné, Honduras, Seminário de Sensibilização em Moçambique, Tanzânia, São Tomé e Príncipe;
- **Missões de Acompanhamento/Institucionais:** Camarões, Comoros; Congo; Haiti; Níger; São Tomé e Príncipe; Togo;
- **Governança:** 20º Encontro do Comité Executivo no mês de Outubro na Tanzânia;
- **Colocações:** dois quadros do Pôle-Dette em aspectos da estratégia da dívida com um consultor da DRI em Washington;
- **Programa de Ensino à Distância:** Escolas Residenciais francófona e lusófona;
- **Produtos de Informação:** 37ª e 38ª edições deste Boletim, 3 listserve sobre os mais recentes desenvolvimentos em gestão da dívida e uma publicação sobre as Melhores Práticas em Instituições de Gestão da Dívida.

O terceiro trimestre viu o PFC CPE lançar Missões de Avaliação de Pedidos no Benim e no Níger, realizar eventos de sensibilização e formação no Burkina Faso, Senegal e Mali, continuar a desenvolver produtos de informação e iniciar os trabalhos num Manual GTN actualizado.

Progressos dos países

Os países operaram progressos conforme o seguinte:

- O Benim, Congo, Gabão e Níger estão a preparar os seus primeiros Seminários de Abertura de Consciencialização e Formação (ACF) para o 4ºT
- A Bolívia (Ciclo 3) está a planear uma Missão de Acompanhamento (MA) no 4ºT
- O Botsuana (Ciclo 1) irá realizar um ACF no 1ºT de 2009
- O Burkina Faso, os Camarões, o Mali e o Senegal lançaram os seus inquéritos do segundo ciclo no 3ºT e estão a preparar-se para MA no 4ºT
- A RCA, o Chade, a Costa do Marfim, a Guiné-Equatorial, a Guiné-Bissau e o Togo estão a preparar as suas primeiras Missões de Avaliação de Pedidos
- A Gâmbia está a planear um Seminário de Encerramento de Divulgação (SED) combinado para o Ciclo 2 e um ACF para o Ciclo 3 no 4ºT
- O Gana (Ciclo 2) está a lançar um inquérito piloto no 3ºT
- O Malawi está a preparar um SED para o Ciclo 3, e um ACF para o Ciclo 4, a realizar no 4ºT
- A Nicarágua está a preparar-se para uma MA no 4ºT após a ultimização de dados para os Ciclos 1 e 2 e uma proposta para os doadores para financiamento de um terceiro ciclo
- A Tanzânia (Ciclo 4) está a preparar-se para uma MA no 4ºT
- O Uganda (Ciclo 7) está a recolher dados para 2007
- A Zâmbia (Ciclo 2) está a recolher dados para 2006 e 2007.

Metodologia

- O PFC preparou um documento de sensibilização e formação sobre as implicações do BPM6 para monitorização e análise. Uma versão-resumo figura nesta edição do boletim.
- O PFC iniciou uma revisão abrangente do Manual GTN para assegurar que todos os desenvolvimentos mais recentes da metodologia são

incluídos até ao fim da fase 3 do PFC. Os documentos novos e revistos serão carregados no website, quando estiverem prontos.

Software

- O Manual Técnico para Designers do Software Genérico do PFC CPE já foi ultimado para divulgação no 3ºT. A versão 2.0 do software e o Manual do Utilizador actualizado já estão prontos para serem descarregados pelos utilizadores registados no endereço <http://www.evinsol.co.uk/software/dfi>
- O MEFMI realizou um seminário no mês de Agosto para os utilizadores testarem o seu Sistema de Informações de Capitais Privados. Planeia um pequeno evento no 1ºT de 2009 para os peritos empreenderem uma revisão final, antes da publicação do sistema.

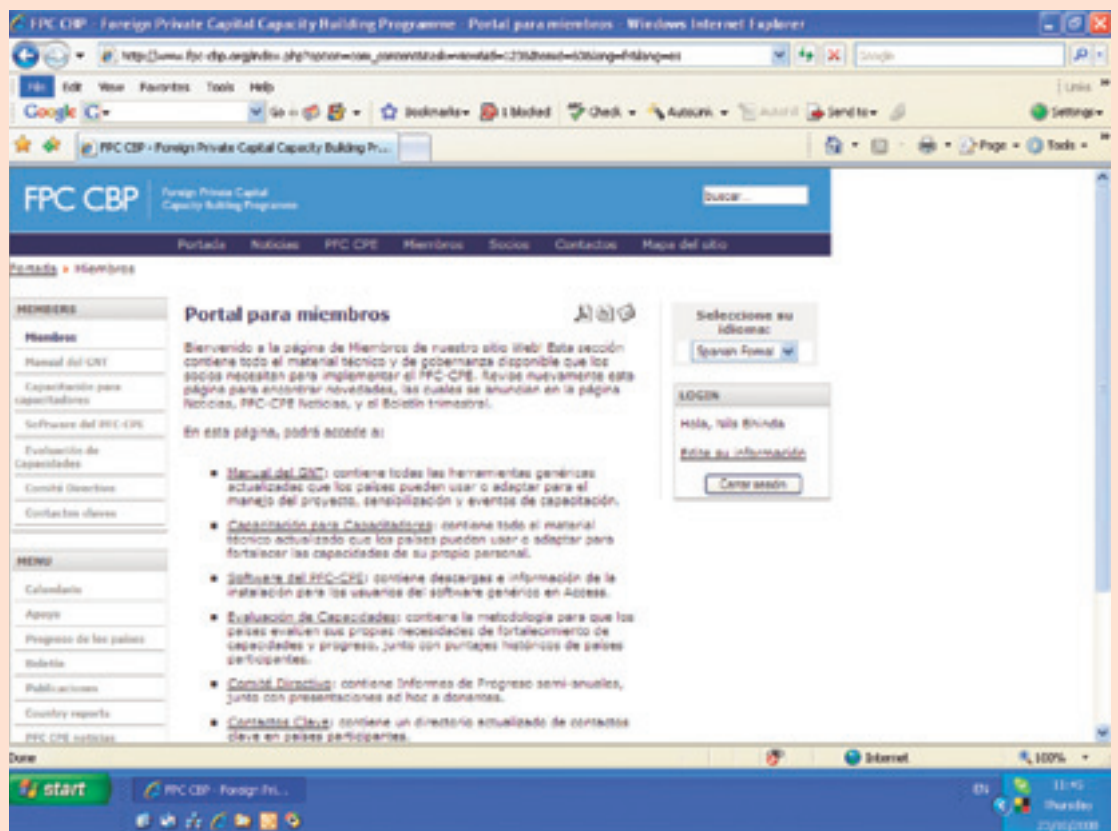
Information products

- **A 35ª edição deste Boletim** já se encontra disponível nas páginas públicas do nosso website (queira visitar www.fpc-cbp.org e fazer o link para "Boletim"). Nesta edição, CPE reporta os progressos dos países participantes, aconselha quanto a formas para conceber um Plano de Acção de Políticas de CPE, reporta o aumento do IDE no sector imobiliário na Gâmbia e sobre o Investimento Nicaraguense concentrado na Zona Livre. Para perguntas sobre a assinatura, queira contactar dfi@dri.org.uk

- **Os Briefings #19 e #20** foram divulgados nos meses de Julho e Agosto, respectivamente, e encontram-se disponíveis online (queira visitar www.fpc-cbp.org e fazer o link para "Briefing PFC CPE"). Para além de actualizarem as notícias sobre os progressos do PFC, informam os receptores sobre iniciativas regionais e internacionais mais amplas e desenvolvimentos no comportamento financeiro das empresas, o clima de investimento, a responsabilidade social das empresas, remessas, desenvolvimentos em códigos e normas, e sobre a metodologia para monitorização e análise dos CPE. Queira contactar dfi@dri.org.uk se desejar assinar.
- **Website dos Membros:** a organização foi melhorada com páginas individuais para o Manual GTN, o Manual de Formação de Formadores, o Software do PFC CPE, a Avaliação das Capacidades, o Comité Directivo e Contactos dos Países (ver imagem)
- **Website Aberto:** a concepção da página do Boletim Informativo foi alterada para indicar o teor relacionado com CPE de cada número atrasado.

Governança

- Estão em curso os preparativos para o 9º Comité Directivo a realizar-se em Novembro e para uma revisão final do programa. ●



BPM6: DESENVOLVIMENTOS E IMPLICAÇÕES

No início deste ano, o FMI lançou o segundo rascunho publicamente disponível do seu Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6). É motivado pela necessidade de acompanhar a globalização e a inovação financeira, de alargar ou clarificar vários pontos no BPM5 e de melhorar a comparabilidade com outros padrões internacionais incluindo o Sistema de Contas Nacionais (SCN), que está actualmente a ser revisto. Embora seja um rascunho (espera-se a versão final posteriormente em 2008), eventuais alterações estarão apenas relacionadas com clareza e pormenores, portanto é virtualmente final.

Avaliação-Resumo

O BPM6 inclui algumas alterações que os países participantes no PFC CPE já estão a implementar, várias que estes precisariam de considerar para observar os padrões internacionais e algumas que poderão ou não ser vantajosas ou apropriadas numa base de país por país, tomando em conta os níveis de capacidade e outras prioridades.

O resto deste artigo apresenta as alterações aplicáveis classificadas por capítulo do BPM6, extraindo implicações para a recolha e compilação de dados, apreciação dos escritórios, e análise. Eventuais alterações implicariam alterar os questionários e o software do inquérito e teriam de ser assinaladas àqueles no sector económico visados pelos inquéritos.

Avaliação por Capítulo

2 Resumo

Os países são encorajados a apresentar séries de dados agregados, em conformidade com a prática do PFC.

3 Princípios de Contabilidade

As alterações ou clarificações de residência, dividendos, reembolsos da dívida, e rendimentos sobre o investimento invertido têm de se reflectir nos questionários, e procedimentos de edição.

4 Território Económico, etc.

Os países são encorajados a recolher dados por país e sector, em conformidade com a prática do PFC.

As alterações com implicações para a compilação incluem: distinguir empresas a nível local, territorial e global; categorizar organizações internacionais (por exemplo, financeiras de outras; globais de regionais); e apresentar dados para zonas especiais (zonas livres, centros financeiros offshore) e entidades para fins especiais (SPE) separadamente para análise.

A recomendação de maior pormenor na composição de "outros sectores" tem implicações para a compilação. As instituições (os fundos) de

investimento colectivo e as instituições sem fins lucrativos que servem os agregados familiares deverão ser incluídas, o que requer a renovação de registos e a recolha de amostras de quadros.

As alterações com implicações adicionais para os questionários incluem a identificação de SPE, ramos e quase-empresas (reconhecidas como unidades separadas), e a determinação da residência de empresas sem presença física.

5 Classificações

Várias alterações têm implicações para a compilação. A categorização é harmonizada em conformidade com o SCN em equidade/capital e acções de fundos de investimento, instrumentos da dívida, e outros. A equidade pode ser dividida em acções cotadas na bolsa, acções não cotadas na bolsa (ou "equidade privada" incluindo capital de risco), e outras (não na forma de títulos). Os dados da bolsa de valores deverão permitir a distinção entre acções cotadas e acções não cotadas na bolsa e o FMI indica que "outra equidade" é para plenitude e prevê-se que ocorra só raramente.

Outras alterações requereriam emendar o questionário BP/PII agregado (só para países que não recolham pormenores empréstimo por empréstimo) para classificar as taxas de juro como fixas ou variáveis e incluindo desagregações de derivados (sempre que relevante).

6 Categorias

As alterações que requerem uma melhor apreciação dos escritórios e verificação de dados incluem a inclusão do Quadro da OCDE para Relações de Investimento Directo (que cobre tanto as ligações horizontais como as verticais); e o reconhecimento de empresas individuais e poder de voto indirecto.

As alterações com implicações adicionais para os questionários incluem uma definição revista do IDE (sem referência a apropriação de acções ordinárias); do IDE dividido (em investimento por um investidor directo numa empresa de investimento directo, investimento invertido, e investimento entre empresas individuais); excluindo dívida de IDE entre empresas financeiras filiadas/dívida permanente para certos tipos de empresas; e identificação de fundos de transferência imediata incluindo SPE, sociedades gestoras de participações sociais e outras (embora não haja métodos estandardizados para distingui-las, sendo portanto os países incentivados a utilizar as práticas existentes).

7 PII

As alterações com implicações para o questionário BP/PII agregado incluem uma melhor metodologia para substitutos (proxies) da estimativa do valor de mercado e do valor nominal de empréstimos transaccionados.

8 Conta Financeira

As alterações com implicações para a compilação,

edição e verificação incluem a adopção da metodologia da OCDE para fusões e aquisições; o tratamento de inversão das empresas para multinacionais e outros tipos de reestruturação; superdividendos (pagamentos excepcionais que excedem em grande medida os dividendos e os lucros anteriores); lucros reinvestidos para fundos de investimento no portfolio; e atrasado em financiamento excepcional.

As alterações com implicações adicionais para o questionário BP/PII agregado incluem o tratamento de recompras de acções (quando uma empresa compra as suas próprias acções).

9 Outras Alterações

As alterações no volume, nas taxas de câmbio e em outros preços têm implicações para a edição e a compilação.

11 Conta dos Rendimentos Primários

As alterações correspondem ao capítulo 8 para tratar de superdividendos e registar dividendos.

As alterações com implicações para a edição e a compilação incluem a apresentação estandardizada de contas de rendimentos primários e secundários; lucros reinvestidos (agora definidos para incluir lucros de ramos não distribuídos, que se pressupõe serem totalmente reinvestidos) e seu tratamento em "cadeias de IDE"; fundos de investimento (cujo rendimento sobre o investimento também inclui lucros reinvestidos); e o tratamento de cotação de preços de transferência.

As alterações com possíveis implicações adicionais para os questionários empréstimo por empréstimo incluem o tratamento de instrumentos da dívida indexados a uma moeda estrangeira. As alterações com implicações para questionários agregados incluem tratamento de rendimentos sobre o investimento invertido, investimento entre empresas individuais e rendimento mais pormenorizado sobre o investimento.

14 Análise

A "abordagem do balanço" (que explora como as debilidades do balanço relacionadas com vencimento, moeda, estrutura financeira, solvência e dependência contribuem para vulnerabilidades macro-financeiras) teria de ser incluída na análise da vulnerabilidade.

Por último, os compiladores têm de adoptar algumas alterações na terminologia, que serão enumeradas numa versão técnica mais pormenorizada deste artigo para o Manual GTN.

Outras Leituras

O BPM6 e a documentação técnica de apoio poderão ser descarregadas do endereço www.FMI.org/external/pubs/ft/bop/2007/bopm-an6.htm. O Apêndice 8 do BPM6 enumera alterações ao BPM5 e faz referências cruzadas a secções nos documentos principais para explicações pormenorizadas. ●

MALAWI: INVESTIDORES OPTIMISTAS FOCAM DE NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

Este artigo resume as constatações do último inquérito do Malawi, que terminou em 2006 e cobriu o período 2001-4 – outro inquérito está quase a começar e irá cobrir 2005-07. Embora a percentagem de respostas fosse baixa comparada com inquéritos anteriores (apenas 64%), os resultados foram considerados representativos, visto que a equipa obteve com sucesso respostas da maior parte das grandes empresas, permitindo que a cobertura do investimento ultrapassasse 80%, e utilizou técnicas de estimação sofisticadas para ocluir eventuais disparidades restantes. O inquérito melhorou os dados existentes e produziu novos dados para rubricas da balança de pagamentos não cobertas anteriormente. Contudo, constrangimentos de recursos atrasaram a divulgação até agora, sendo a principal prioridade lançar o próximo inquérito rapidamente para aumentar a oportunidade dos dados.

Passivos estrangeiros

A tabela mostra que o **stock total aumentou** em 2004, embora tivesse baixado em 2002, devido a alterações na taxa de câmbio e a outras alterações de preços, visto que as transacções foram ou zero ou positivas. O IDE e a dívida provenientes de fontes não-coligadas causaram este padrão, visto que o stock da equidade do portfólio se manteve mais ou menos constante e relativamente insignificante.

Passivos Estrangeiros: Stocks e Transacções Líquidas 2001-4, US\$ milhões

INSTRUMENTO	Stock 2001	Trans. 2002	Stock 2002	Trans. 2003	Stock 2003	Trans. 2004	Stock 2004
Total	480	0	427	67	441	123	605
IDE	419	17	390	66	410	108	562
Acções + LR + Reservas	322	29	308	35	299	39	371
Empréstimos intra-empresas de longo prazo	48	-5	37	13	49	5	56
Empréstimos intra-empresas de curto prazo	48	-7	46	17	62	63	135
Equidade do portfólio	14	..	12	..	12	..	12
Dívida proveniente de fontes não-coligadas	47	-17	25	-2	19	10	31
Empréstimos de longo prazo	8	-3	3	1	3	..	4
Empréstimos de curto prazo	3	-2	..	0
Crédito comercial	36	-9	21	-3	16	10	27
Memo: Atrasados	6	-1	4	4	7	2	9

O sector privado contou **predominantemente com o IDE**, em grau crescente até 2004. O IDE consistiu sobretudo em capital social, lucros reinvestidos e reservas de capital. E como os empréstimos intra-empresas foram relativamente insignificantes, isto implicaria que o IDE (e os capitais privados de um modo geral) era muito sustentável. Contudo, os empréstimos

intra-empresas (especialmente de curto prazo) aumentaram substancialmente até 2004, o que poderia constituir uma fonte de futura instabilidade.

Cerca de dois terços da dívida do sector privado eram intra-empresas, mas o sector privado também se endividou junto de fontes não-coligadas, principalmente crédito comercial (que caiu em 2002 e 2003, mas subiu vertiginosamente em 2004). Outra dívida do sector privado (principalmente de longo prazo) foi pequena e decrescente. Os atrasados deste endividamento mantiveram-se elevados relativamente ao stock da dívida.

Por sector económico receptor, as indústrias transformadoras representaram mais de metade do stock total de passivos e uma parcela maior das transacções. A maior parte do resto foi para os serviços financeiros, o comércio por grosso e a retalho, os transportes e a agricultura. Todos os sectores tiveram uma grande concentração no IDE. Só as indústrias transformadoras e as finanças tiveram investidores de equidade do portfólio. Todos os sectores também tiveram empréstimos provenientes de fontes não-coligadas, embora a maior parte destes fosse muito limitada. As indústrias transformadoras representaram a maior parte do crédito comercial, seguida do comércio por grosso e a retalho e dos transportes.

Por região receptora, o investimento foi muito assimétrico: três quartos de todo o stock foram

que implica que a política regional precisa de ser direccionada para promover a região norte no sentido de esta atingir uma estratégia nacional de desenvolvimento mais equilibrada.

Por país de origem, os EUA, o Reino Unido e a África do Sul representaram mais de dois terços de todo o stock, seguidos de longe da Irlanda, Dinamarca, Maurícia e Malásia. Os investidores dos EUA, do Reino Unido e da África do Sul figuraram entre os maiores transaccionadores, o que implica um aumento da dependência destas fontes. Contudo, também se registaram fluxos relativamente elevados da Dinamarca, da Alemanha, dos Países Baixos e do Zimbabué. De um modo geral, o investimento é proveniente em grande medida de países da OCDE, o que implica espaço para a diversificação do esforço de promoção do investimento.

Rendimentos

Os investidores não-residentes viram em média uma rentabilidade aceitável do seu capital: 15% em 2002, que subiram para 21% em 2003 e 18% em 2004. As indústrias transformadoras, o comércio por grosso e a retalho e os transportes geraram consistentemente os maiores lucros de exploração líquidos, tendo os serviços financeiros e a agricultura desembolsado cada um pelo menos metade dos seus lucros como dividendos ao IDE. Os transportes viram uma subida dramática nos lucros em 2004, que foram todos reinvestidos.

Activos estrangeiros

O inquérito captou alguns activos estrangeiros, embora os dados fossem limitados principalmente a créditos comerciais concedidos a receptores não-coligados (US\$31m em stock e US\$14m de transacções em 2004), seguidos do IDE (US\$5m e US\$2m).

Percepções

Os investidores estavam de um modo geral muito optimistas quanto às suas perspectivas a médio prazo. A maioria esperava para os seus investimentos, assim como para os seus lucros, rotação/movimento, investimento em formação de quadros e tecnologia, assim como manter o comércio, pesquisa e desenvolvimento, e diversidade de produtos e regiões aos níveis actuais.

Os factores classificados muito positivamente na promoção do investimento incluíram a mão-de-obra, internet e serviços de telemóveis, serviços bancários e seguros. Contudo, os principais desafios que minavam o investimento estavam relacionados com a macroeconomia e as políticas, a electricidade, as águas e as infra-estruturas físicas. As três questões principais que impediam a expansão do IDE continuavam a ser a electricidade, o cenário político nacional e as telecomunicações. ●

TANZÂNIA: SECTOR MINEIRO ENCABEÇA STOCK DO IDE

Este artigo apresenta constatações-chave do censo para 2002-2005 recentemente realizado na Tanzânia. Foi inquirido um total de 234 empresas no Continente e de 80 em Zanzibar.

Capitais Privados Estrangeiros

A tabela mostra que o IDE foi o tipo principal dos CPE, com stocks e transacções insignificantes de equidade do portfolio e dívida proveniente de fontes não-coligadas.

Tanzânia – Capitais Privados Estrangeiros (US\$ milhões)

INSTRUMENTO	Stock Fins de 2004		Transacções Líquidas 2005		Stock Fins de 2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Directo	4,758.50	86.53	447.60	93.62	5,141.80	88.78
Equidade + Lucros Reinvestidos	3,475.60	63.20	188.40	39.41	3,712.50	64.10
Empréstimos de Longo Prazo	796.10	14.48	150.20	31.42	833.70	14.40
Empréstimos de Curto Prazo	463.20	8.42	22.70	4.75	585.20	10.10
Crédito ao Fornecedor	23.60	0.43	86.30	18.05	10.40	0.18
Portfolio	44.50	0.81	(0.60)	-0.13	31.00	0.54
Equidade	44.50	0.81	(0.60)	-0.13	31.00	0.54
Outros	696.40	12.66	31.10	6.50	618.60	10.68
Empréstimos de Longo Prazo	667.60	12.14	23.30	4.87	601.80	10.39
Empréstimos de Curto Prazo	17.70	0.32	6.50	1.36	12.70	0.22
Crédito ao Fornecedor	11.10	0.20	1.30	0.27	4.10	0.07
Total	5,499.40	100.00	478.10	100.00	5,791.40	100.00

IDE

O IDE consistiu sobretudo em equidade/capital, lucros reinvestidos e empréstimos provenientes de fontes coligadas. Registou um aumento marginal de 8% em 2005 e teve uma parcela de 89% dos CPE, um sinal positivo de sustentabilidade, se a equidade/o capital for menos volátil que a dívida. Os empréstimos de IDE foram principalmente de longo prazo e mantiveram-se constantes em termos relativos. Foram preferidos porque tinham termos e condições flexíveis incluindo um juro baixo ou igual a 0 e datas de pagamento indefinidas.

Em 2005, 83% do stock do IDE concentraram-se em quatro sectores, especialmente na indústria mineira (43%) e nas indústrias transformadoras (20%): a indústria mineira e o comércio por grosso/a retalho foram os mais dinâmicos em 2004 e 2005, representando metade das transacções. Nos últimos anos, as empresas mineiras multinacionais aumentaram a actividade em resposta a um melhor clima de investimento e recursos minerais ricos, especialmente ouro.

Pelo contrário, a agricultura, que é um sector-chave na economia (para emprego e redução da pobreza), manteve-se com apenas 3% do stock do IDE e 2% das transacções durante 2005.

O IDE mantém-se concentrado em regiões com boas infraestruturas e centros comerciais (Dar es Salaam, 43%) e recursos minerais (Mwanza 26% e Shinyanga 12%).

O IDE proveniente de fontes da OCDE representou 46% do stock em 2004-05 seguido dos países SADC (39%, sobretudo a África do Sul). Desde

2002, a África do Sul ultrapassou o Reino Unido como primeiro investidor, principalmente na indústria mineira, nas indústrias transformadoras e nas comunicações.

A taxa média de rentabilidade dos capitais próprios foi baixa a 2.5% em 2004 e 5.2% em 2005, mas oculta grandes variações sectoriais. As finanças (20%), as comunicações (12.8%) e as indústrias transformadoras (9.5%) tiveram o melhor desempenho em 2005. A indústria mineira, o sector principal no stock do IDE, reportou uma rentabilidade surpreendentemente baixa de 0.4%, e os serviços públicos e os serviços sociais reportaram perdas, possivelmente devido aos custos de desenvolvimento de novos projectos.

Portfolio

A equidade do portfolio baixou em 2004-2005 e mantém-se insignificante, principalmente devido a restrições a transacções efectuadas por não-residentes no mercado de acções. É permitido aos não-residentes comprar acções

transaccionadas num limite de 60% e só lhes é permitido participar em ofertas públicas iniciais (IPO), caso restem acções de ofertas a residentes.

Dívida

A dívida externa do sector privado cresceu em 3.5% entre 2004 e 2005 e representou 35% do stock dos CPE em 2005, justificando esforços crescentes para a sua monitorização. A dívida proveniente de fontes não-coligadas manteve-se sobretudo de longo prazo e foi mais baixa que a dívida de empresas filiadadas. O stock da dívida registou-se principalmente na indústria mineira (59%), no comércio por grosso e a retalho (12%) e nas indústrias transformadoras (10%). O serviço da dívida manteve-se oneroso em cerca de 10% do stock da dívida em 2004 e 2005.

Ligações nacionais

A ligação de investidores estrangeiros com a economia nacional foi mais forte em 2005 devido a uma melhor parceria com as empresas locais, ao aumento do emprego e a fontes locais crescentes de proveniência de matérias-primas, bem como a um maior consumo local de bens produzidos.

Responsabilidade Social das Empresas

As contribuições financeiras dos investidores para a protecção e a segurança, a saúde o bem-estar, a educação, o ambiente, as estradas e as águas, cresceram em 108% entre 2004 e 2005.

Implicações das políticas e futuras medidas

É importante aumentar os CPE para a Tanzânia colher os seus benefícios associados para o crescimento económico e o alívio da pobreza. Consequentemente, as políticas para apoiar os CPE precisam de operar dentro de quadros existentes tais como as iniciativas de Estratégia de Redução da Pobreza e as iniciativas específicas de sectores/regiões tais como para a agricultura ou para tratar da disparidade regional. Para atrair o investimento e aumentar o seu impacto no desenvolvimento é necessário:

- Continuar os esforços em curso para melhorar o ambiente económico, as oportunidades de investimento e o compromisso do governo face ao crescimento dirigido pelo sector privado.
- Conduzir a promoção estratégica de oportunidades de investimento para atrair investidores de fontes diversificadas.
- Melhorar as infraestruturas e os serviços públicos incluindo a energia, as águas, as estradas e as telecomunicações e fornecer incentivos a sectores/regiões desprivilegiados.
- Fornecer incentivos especiais para exportar investimentos orientados através de mecanismos como Zonas de Processamento de Exportações e Zonas Económicas Especiais. ●

PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

Que progressos operaram os credores não-Clube de Paris na entrega de alívio PPME?

Embora os progressos globais operados pelos credores bilaterais não-Clube de Paris na entrega de alívio PPME tenham sido limitados no ano transacto, alguns credores têm dado grandes passos para fornecer alívio incluindo:

- A Hungria e o Egipto aderiram à categoria de credores que fornecem alívio total, aumentando para 8 o total de países credores (também a Jamaica, Marrocos, a República da Coreia, o Ruanda, a África do Sul e Trindade e Tobago).
- A China, o Kuwait e a Venezuela celebraram acordos com uma série de PPME.

- O Kuwait, que tem estado a fornecer alívio através do Fundo Kuwait para o Desenvolvimento Económico Árabe (KFAED), está a modificar as leis que regem a Autoridade de Investimento do Kuwait (KIA) para a tornar mais compatível com PPME.
- A Colômbia aprovou recentemente uma proposta de lei que permite o fornecimento de alívio às Honduras.

Contudo, o alívio global fornecido ainda é de apenas 40% do montante previsto e a Costa Rica e Taiwan, na qualidade de dois dos maiores credores não-Clube de Paris representam 20% do alívio bilateral

não-Clube de Paris previsto, ainda não se comprometeram a fornecer alívio.

Para mais informações sobre recentes desenvolvimentos na percentagem de alívio fornecido por credores bilaterais não-Clube de Paris, ver documento do FMI e do Banco Mundial *Iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME) e Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) – Relatório da Situação da Implementação*, Setembro de 2008, no endereço

<http://www.FMI.org/external/pp/longres.aspx?id=4278>.

Como pode o Mecanismo de Redução da Dívida (MRD) da AID ajudar os PPME a reduzir a sua dívida comercial?

Em 2008 a AID aprovou alterações ao Mecanismo de Redução da Dívida da AID para o tornar mais eficaz:

- A elegibilidade para donativos do MRD AID para preparar uma recompra da dívida comercial foi alargada numa base de caso por caso para PPME pré-ponto de decisão. Contudo, a elegibilidade para donativos para implementar o MRD ainda está limitada a PPME que tenham alcançado os seus pontos de decisão.
- Dívidas bilaterais, que tenham sido vendidas a credores comerciais após o ponto de decisão PPME do país, já não serão elegíveis para o MRD, desencorajando desse modo os credores comerciais de comprar dívida bilateral com desconto profundo e depois procurar obter uma

rentabilidade mais alta ao abrigo do MRD. Do mesmo modo, a dívida interna vendida a credores externos será normalmente considerada não elegível para o MRD.

- Os limiares de participação para recompras não serão normalmente inferiores a 90%. Isto visa resolver a carga da dívida comercial de um país de forma mais abrangente assim como evitar segundas recompras e a diminuição do valor dos créditos prometidos.
- Deverá haver mais flexibilidade em relação a honorários consultivos, particularmente para casos maiores e mais complexos, permitindo desse modo aos países contratar os assessores legais e financeiros mais qualificados.
- As contribuições do BIRD para o MRD não ultrapassarão normalmente 50% dos custos

de qualquer donativo para a implementação, pois abriram-se excepções ao limite anterior de US\$ 10 milhões.

No ano transacto, o MRD foi utilizado para ajudar a financiar recompras da dívida comercial de Moçambique e da Nicarágua e para preparar uma recompra para a Libéria. A recompra da Nicarágua também permitiu ao país resolver quatro casos de processos comerciais pendentes que totalizavam US\$267 milhões, visto que os quatro credores se comprometeram a participar na recompra. Ao fazer isso, estes credores aceitaram um grande desconto de principal e juro, embora isso implicasse uma redução significativa do valor da sua reivindicação legal.

Que novos tipos de apoio estão disponíveis aos PPME que enfrentam processos?

O Banco Africano de Desenvolvimento deverá estabelecer um mecanismo de Apoio Legal Africano que fornecerá aos Estados-Membros, (1) assessoria legal técnica face a processos movidos por credores e (2) assistência legal técnica para fortalecer os conhecimentos legais dos países e negociar a capacidade em aspectos relacionados com gestão da dívida, recursos naturais e contratação e gestão de indústrias extractivas, contratos de investimento, e traduções comerciais e

económicas relacionadas. O mecanismo entrará em vigor, quando tiver sido assinado por 10 Estados participantes ou organizações internacionais e 7 Estados participantes ou organizações internacionais tiverem depositado instrumentos de ratificação/aprovação.

O Secretariado da Commonwealth também estabeleceu uma clínica PPME para prestar aconselhamento legal a PPME que estão a enfrentar ou poderão potencialmente enfrentar

processos. A clínica, que tem um assessor legal residente, visa apoiar devedores soberanos e assistir países-membros e PPME não-Commonwealth. Também visa realizar seminários regionais para criar consciencialização de aspectos legais de gestão da dívida. Para mais informações queira visitar o endereço

http://www.thecommonwealth.org/Internal/140503/157583/hipc_clinic/.